

Homologado em 20/12/2018, DODF nº 243, de 24/12/2018, p. 8.
Portaria nº 422, de 21/12/2018, DODF nº 245, de 27/12/2018, p. 78.

PARECER Nº 239/2018-CEDF

Processo SEI-GDF nº 0084-000195/2016

Interessado: **Secretaria de Estado de Educação do DF**

Aprova as Orientações Pedagógicas da Orientação Educacional, da rede pública de ensino do Distrito Federal.

I - HISTÓRICO - O presente processo, autuado em 28 de março de 2016, trata da apreciação das Orientações Pedagógicas da Orientação Educacional, da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Em 12 de maio de 2016, o processo foi diligenciado à Subsecretaria de Educação Básica/SEEDF para adequações no documento, em especial para que fossem previstas formas para avaliação da atuação do Serviço de Orientação Educacional; o estabelecimento de condições e de critérios para avaliar o trabalho desenvolvido deste profissional; a garantia de ação específica para a capacitação, observado o contexto coletivo de coordenações, para que os orientadores que atuam nos três níveis, central, intermediário e local, tenham garantidos os espaços de formação continuada, visto à grande dimensão de atuação, à diversidade de aspectos, princípios, pressupostos que este profissional precisa conhecer, visando melhor cumprimento de suas funções pedagógicas de Orientador Educacional; além de adequações de ordem material.

O processo é restituído a este Conselho de Educação em 27 de novembro de 2018, após as devidas contribuições do Grupo de Trabalho, publicado em 19 de setembro de 2018, instituído com o objetivo de sistematizar a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional elaborada em 2015, sendo apresentada nova versão, com as alterações solicitadas por este Conselho de Educação e atualizações necessárias, conforme documentos pedagógicos norteadores da SEEDF.

II - ANÁLISE - O processo foi instruído e analisado pela equipe técnica do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, em consonância com a legislação vigente.

Do documento “Orientações Pedagógicas da Orientação Educacional”, da rede pública de ensino do Distrito Federal, destacam-se:

Registra-se, preliminarmente, a ficha profissiográfica da Orientação Educacional, publicada em 2013, que estabelece as seguintes competências para o Orientador Educacional:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Planejar, coordenar, implementar e avaliar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/institucionais, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes; atuar em todas as etapas/modalidades da Educação Básica para atender as necessidades dos estudantes, acompanhando e avaliando os processos educacionais, viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas, participar de programas de desenvolvimento que envolvam conteúdos relativos à área de atuação ou neles atuar; executar outras atividades de interesse da área. (DISTRITO FEDERAL, 2013, P. 8)

O serviço de orientação educacional é oferecido em três níveis, com competências definidas:

1. Nível Central: vinculado à Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, com uma equipe de Orientação Educacional formada por Pedagogos - Orientadores Educacionais.
2. Nível Intermediário: equipe de coordenadores intermediários, vinculada à Coordenação Regional de Ensino, formada por Pedagogos – Orientadores Educacionais, escolhidos democraticamente pelos seus pares que atuam nas Unidades Escolares, por meio de processo eleitoral.
3. Nível Local: Pedagogo – Orientador Educacional que integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar, “incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante”.

O documento explicita, em especial, as ações do Pedagogo – Orientador Educacional em Nível Local, especificamente em cada uma das etapas e modalidades da educação básica em que está presente, bem como nos seis eixos em que ele atua, que foram discutidas em oficinas temáticas desenvolvidas entre os anos de 2013 e 2014 pelo Nível Central de Orientação Educacional, em conjunto com a EAPE, e com a participação das Coordenações da Subsecretaria de Educação Básica, bem como de Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e os Pedagogos - Orientadores Educacionais locais atuantes em cada uma das etapas e modalidades de ensino.

1. Na Educação Infantil

O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional que atua nesta etapa de ensino, segundo está explicitado no Currículo da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, s/DB, p. 31), deve considerar a perspectiva da integralidade, preconizando a criança como ser indivisível, único e inteiro; bem como, os eixos integradores do “trabalho educativo com os bebês e crianças pequenas: Educar e cuidar, brincar e interagir”.

[...]

Como sugestão de temáticas consideradas na Educação Infantil, o (a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional pode desenvolver ações de:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



- adaptação ao ambiente escolar;
- conhecimento do corpo, em seus aspectos psicomotor, sensorial, afetivo e emocional;
- transição para a próxima etapa de ensino;
- assessoria pedagógica ao corpo docente;
- desenvolvimento de limites;
- prevenção à violência e ao abuso sexual;
- hábitos alimentares saudáveis;
- questões familiares;
- educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial, da diversidade e dos direitos humanos;
- outros temas que julgar, pedagogicamente, pertinentes.

O(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve, ainda, estar atento às questões que influenciam a infrequência e a evasão escolar, a partir delas, discutir no coletivo e trabalhar com os pais e responsáveis, assim como, atentar-se às demais situações ou desafios encontrados que interferem diretamente nos processos de ensino e aprendizagem e na garantia dos direitos dos estudantes.

2. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais

[...] a Orientação Educacional voltada para esse nível de ensino atua de forma bastante ampla e diversificada e tem como algumas das suas principais ações:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- fazer a escuta ativa não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar;
- atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação;
- a ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade e drogas, dentre outros;
- contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidárias, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação para Conflitos e projetos correlatos;
- assessorar os processos de ensino e aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola;
- promover e participar de ações de adaptação ao novo contexto escolar, bem como da transição para a próxima etapa de Ensino;
- participar ativamente das reuniões coletivas e conselhos de classe sensibilizando e auxiliando o funcionamento do Conselho de Classe Participativo;
- contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam do processo educativo em parceria;
- fazer parcerias e articulações com setores governamentais e/ou não governamentais de forma a atuar junto à Rede Social de sua localidade, visando um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes;
- colaborar no processo de resignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em distorção idade-ano.

3. No Ensino Fundamental – Anos Finais:

[...] a Orientação Educacional voltada para este nível de ensino atua de forma



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



bastante ampla e diversificada e tem como algumas das suas principais ações:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- fazer a escuta ativa, não só dos estudantes, mas de todo o corpo escolar;
- atuar por meio de projetos que auxiliem no enfrentamento a violências no contexto escolar e na superação de preconceitos e discriminação;
- ampliar o conhecimento em áreas preventivas, como sexualidade e drogas, dentre outros;
- contribuir na construção de uma convivência cooperativa, participativa, democrática, solidária, por meio da educação para a Cultura de Paz, Mediação para Conflitos e projetos correlatos;
- assessorar os processos de ensino e aprendizagem, em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola;
- desenvolver projetos que estimulem o entendimento e a participação política dos estudantes, o protagonismo juvenil, a consciência democrática e a vivência cidadã (criação do Grêmio Estudantil, eleição e acompanhamento do(s) representante(s) de turma(s) e Conselho de Classe Participativo);
- promover e participar do processo de transição entre as etapas e modalidades;
- participar ativamente das reuniões coletivas e dos conselhos de classe, sensibilizando e auxiliando o funcionamento do Conselho de Classe Participativo;
- contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam do processo educativo em parceria;
- fazer parcerias e articulações com setores governamentais e/ou não governamentais de forma a atuar junto à Rede Social de sua localidade, visando um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas e sociais das crianças e dos adolescentes;
- colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em defasagem idade-ano.

4. No Ensino Médio:

[...]

O público desta etapa de ensino está atravessando a fase da adolescência/puberdade, com todas as suas características (transformações físicas, hormonais, comportamentais, emocionais), bem como suas necessidades sociais, culturais, cognitivas. Portanto, algumas sugestões para lidar nesta etapa, são:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- conhecer e apropriar-se da organização pedagógica e curricular da escola;
- sensibilizar e informar coletivamente sobre a importância da implantação e do desenvolvimento do Conselho de Classe Participativo;
- acolher, ouvir, aproximar-se e desenvolver uma relação de confiança com o estudante;
- desenvolver atividades ou projetos que trabalhem o protagonismo juvenil, a cultura democrática, a vivência cidadã que favoreçam a transformação da realidade;
- atentar às questões sociais e do mundo do trabalho, bem como às formas de acessibilidade ao Ensino Superior e à Educação Profissional;
- fazer parcerias e articulações com setores governamentais ou não



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



governamentais de forma a atuar junto à Rede de Proteção Social de sua localidade, visando um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas, sociais dos adolescentes;

- assessorar os processos de ensino e aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola;
- contribuir para o vínculo entre a família e a escola, acolhendo os pais ou responsáveis, oferecendo informações e compartilhando conhecimentos que favoreçam do processo educativo em parceria;
- colaborar no processo de ressignificação do papel da escola na trajetória de vida dos estudantes em defasagem idade ano.

5. Na Educação de Jovens e Adultos:

[...]

Durante a Oficina Temática com Pedagogos (as) – Orientadores (as) Educacionais que atuam na EJA, que visou discutir e elencar especificidades de atuação da Orientação Educacional nesta modalidade de ensino foram priorizadas as seguintes ações:

- participar da elaboração e execução do PPP e de ações construídas coletivamente, integrando-as aos projetos da OE;
- desenvolver atividades que trabalhem hábitos de estudos e autoconhecimento;
- apresentar a Orientação Educacional aos estudantes e professores;
- valorizar os espaços das coordenações coletivas na Unidade Escolar bem como nos encontros de articulação pedagógica dos Orientadores Educacionais, com discussões de documentações, estudos, reflexões e outras atividades pertinentes a EJA;
- desenvolver atividades ou projetos que trabalhem o protagonismo do estudante de EJA, a cultura democrática, a vivência cidadã que favoreçam a transformação da realidade;
- estabelecer parcerias para trabalhar temas do interesse dos estudantes;
- sugerir diálogo com universidades para desenvolver parceria, tendo em vista a formação continuada e o aprofundamento nos estudos referentes à informação profissional, bem como bem como às formas de acessibilidade ao Ensino Superior e à Educação Profissional;
- sensibilizar os estudantes sobre o mundo do trabalho e quanto à importância do desenvolvimento da consciência sócio-política considerando sua condição de trabalhador na sua relação com essa realidade;
- desenvolver ações articuladas com os outros segmentos e projetos da escola;
- considerar os espaços fora da sala de aula e da escola como espaços de formação e de desenvolvimento pedagógico;
- fazer parcerias e articulações com setores governamentais ou não governamentais de forma a atuar junto à Rede de Proteção Social de sua localidade, visando um atendimento mais completo das necessidades pedagógicas, físicas, sociais dos adolescentes;
- assessorar os processos de ensino e aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola;
- garantir coletivamente a identidade, os espaços e as especificidades do perfil dos estudantes de EJA, assim como suas necessidades, e repensar preconceitos, representações e imagens desses estudantes.

6. Na Educação em Tempo Integral:

Nas unidades escolares que ofertam Educação Integral em jornada de tempo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



integral, além das ações específicas de cada etapa e modalidade, já explicitadas nesta Orientação Pedagógica, o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional deve atentar-se ainda à relevância da análise do perfil dos estudantes a serem contemplados com esse atendimento, bem como o impacto dessa ampliação da carga horária escolar na vida do estudante, tendo em vista, particularidades pessoais e contextuais.

A partir desta análise, sugerir, contribuir e/ou articular, em parceria com coordenador na Unidade Escolar, adaptação na rotina, estrutura e organização pedagógica visando à superação de situações problema-desafio.

7. Na Escola Parque:

[...]

Atualmente, a Escola Parque oferece atividades artísticas (Música, Dança, Teatro e Artes Visuais/Plásticas), de cultura corporal (Educação Física) e de recreação (jogos, gincanas, apresentações, campeonatos, exposições, entre outras) para estudantes do ensino fundamental (educação infantil, séries/anos iniciais e séries/anos finais) e atividades de iniciação ao trabalho. Em alguns casos, tais atividades acontecem no contra turno escolar, atendendo, desta forma, à demanda da escola em tempo integral.

[...]

Em muitos momentos, a Orientação Educacional não esteve presente no contexto das Escolas Parque, o que passou a ser garantido com a modulação deste profissional publicada pela primeira vez na Portaria nº 32, de 04 de fevereiro de 2013 e reafirmada em Portaria de Modulação e Atuação dos Profissionais da Carreira Magistério, publicada anualmente pela SEEDF. Considerando este marco e as particularidades desses espaços, as ações dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais nessas escolas envolvem:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- implantar e implementar a Orientação Educacional nas Escolas Parque;
- planejar, conjuntamente com as escolas de origem do estudante e demais setores da Escola Parque, a enturmação ou o agrupamento dos estudantes nas turmas;
- levantar as demandas da escolas de origem e auxiliar na priorização das atividades pedagógicas;
- repensar as práticas avaliativas junto ao corpo docente;
- estabelecer estratégias de comunicação e informação ativas e atualizadas com a comunidade escolar;
- mediar conflitos de ordem estrutural, cultural e relacional, com os docentes, a direção e os estudantes;
- colaborar na adaptação dos estudantes à dinâmica pedagógica da Escola Parque;
- promover espaço de participação nos quais os estudantes possam refletir, falar, discutir e decidir sobre as questões da própria escola;
- acolher as famílias no processo de compreensão e adaptação às especificidades da dinâmica pedagógica da Escola Parque;
- buscar parcerias e formular encaminhamentos visando a articulação de rede.

8. No Centro Interescolar de Línguas:

[...]

Atualmente, a SEEDF conta com onze CIL, distribuídos em dez CRE (Plano Piloto e Cruzeiro, Gama, Guará, Brazlândia, Sobradinho, Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Planaltina e Santa Maria), os quais atendem parte da crescente demanda



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



por aprendizagem de LEM dos estudantes da rede pública de ensino.

Nesse contexto, faz parte das atribuições dos(as) Pedagogos(as) - Orientadores(as) Educacionais, junto à comunidade escolar:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- participar do processo de avaliação institucional do CIL, da elaboração do(s) instrumento(s) de avaliação e da tabulação de dados;
- participar da organização das estruturas dos diversos setores dos CIL;
- atuar, junto a outros profissionais, nos estudos de casos, a fim de auxiliar os estudantes no processo de aprendizagem e desenvolvimento;
- participar da implantação de sala de recurso, caso necessário, bem como do desenvolvimento de ações conjuntas com os profissionais desse serviço;
- viabilizar o contato de estudantes com empresas e órgãos que ofertem vagas de estágio ou emprego a jovens que possuam conhecimento de línguas estrangeiras;
- divulgar e orientar os estudantes quanto a programas de intercâmbio de idiomas em especial os programas públicos;
- estabelecer contato com os responsáveis dos estudantes, com (a) Pedagogo (a) - Orientador (a) Educacional e demais profissionais da escola de origem, para troca de informações e/ou atuações conjuntas;
- orientar os estudantes quanto a organização dos estudos, adequando-os às especificidades do aprendizado de idiomas;
- orientar, pesquisar e colaborar no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e atualizadas para o ensino de idiomas, em parceria com a equipe pedagógica e o corpo docente, podendo utilizar as coordenações coletivas ou outros espaços pedagógicos coletivos similares;
- participar da elaboração e execução do PPP e de ações construídas coletivamente, integrando-as aos projetos do SOE;
- participar, com a equipe pedagógica e com os docentes de estratégias adequadas e eficientes de ensino e aprendizagem e de acompanhamento e avaliação de estudantes com necessidades especiais.

9. Na Educação Especial:

[...]

Vale destacar que a Educação Especial/Inclusão está presente em todas as etapas e modalidades de ensino no âmbito da SEEDF, mas as seguintes ações foram sugeridas para o (a) Pedagogo(a) – Orientador(a) Educacional atuante em Centro de Ensino Especial:

- participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e de ações construídas coletivamente, integrando os projetos da Orientação Educacional;
- observações nas turmas;
- assessorar os processos de ensino e aprendizagem em parceria com os profissionais da organização pedagógica da escola;
- realização de encaminhamentos para serviços externos e, muitas vezes, de acompanhamento do estudante aos respectivos serviços;
- trabalho articulado em rede, inclusive firmando parcerias para melhor atendimento das especificidades do corpo discente, tais como articulação com os Centros Olímpicos;
- atuação em brincadeiras e jogos com intencionalidade pedagógica e formativa;
- mediação de conflitos de ordem estrutural, cultural e relacional, junto à comunidade escolar;
- participação na Estimulação Precoce;
- acolhimento e orientação às famílias, por meio de oficinas variadas, e



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



- aprofundamento da sua participação nas atividades escolares;
- realização de escuta ativa dos estudantes;
- participação em eventos da unidade escolar, das coordenações pedagógicas e dos Conselhos de Classe;
- promoção de oficinas de primeiros socorros para os professores;
- elaboração de projetos voltados para higienização, atenção, concentração e autoconhecimento;
- parceria com o Programa Saúde do Estudante – PSE.

10. Educação do Campo:

[...] é importante ressaltar que o status de escola do campo não se dá apenas pela localização em que está inserida, mas pretende ir além disso, considerando todo o contexto e priorizando o trabalho, terra, cultura, história, vivências de opressão, conhecimento popular, organização coletiva e luta social do campo.

[...]

O currículo sugere que se faça um inventário contendo as lutas da comunidade e as principais contradições vivenciadas naquele cotidiano, as formas de gestão e organizações dentro e fora da escola, fontes educativas disponíveis na localidade e as formas de trabalho socialmente relevantes.

[...]além das ações referentes à etapa de Ensino na qual está inserida de acordo com as sugestões já feitas nesta OP, o papel do (a) Pedagogo (a) - Orientador (a) Educacional nas escolas do e no Campo passa pela valorização deste espaço, com suas especificidades. Assim, na organização do trabalho pedagógico deste profissional torna-se relevante a valorização dos saberes, da memória coletiva na perspectiva de construção futura e as possibilidades de construção coletiva junto aos sujeitos e seus processos formadores.

Quanto à organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional, observa-se a necessidade de estar voltada para a transformação social, com estratégias e ações que colaborem e favoreçam a educação para e pelos direitos humanos, pela diversidade, pela sustentabilidade, com vistas a uma educação integral. Desta forma, é ressaltada a relevância da ação pedagógica da Orientação Educacional que deve ser desenvolvida de forma contextualizada, integrada ao Projeto Político-Pedagógico, articulada e prioritariamente coletiva, buscando sempre, a partir de uma análise da realidade, o envolvimento de outros em um diálogo problematizador para tomada de decisão e compromissos compartilhados.

Com o enfoque na garantia da articulação com diversos sujeitos da comunidade escolar, o trabalho da Orientação Educacional está organizado em seis grandes categorias de ação, de acordo com as especificidades de objetivos, estratégias e procedimentos. São ações de implantação da Orientação Educacional; ações institucionais; junto ao professor; ao estudante; às famílias e em rede, as quais se complementam e se integram em sua práxis e no processo pedagógico de aprendizagem e desenvolvimento realizado na escola.

Registra-se que são desenvolvidas ações para Estruturação do Espaço Físico, Organização dos Instrumentos de Registros e Promoção da Identidade do Trabalho de forma a gerar o contexto necessário para a realização da Orientação Educacional, além de ações institucionais que se concentram em atividades realizadas para contribuir com a articulação da comunidade escolar, na elaboração e na implementação do Projeto Político-Pedagógico e da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



Avaliação Institucional. Dessa forma, as ações são desenvolvidas estrategicamente em Análise da Realidade, Planejamento Coletivo, Intervenção e Acompanhamento, de forma que o processo de aprendizagem e desenvolvimento na escola seja contextualizado e articulado coletivamente.

Insta ressaltar as ações junto aos professores que

compreendem as atividades realizadas com o objetivo de cooperar com o processo pedagógico, voltado à aprendizagem e desenvolvimento integral do estudante, refletindo e analisando as práticas pedagógicas, o desempenho dos estudantes, as possíveis dificuldades de escolarização, bem como colaborando para repensar a práxis dos educadores e mediando conflitos. Para tanto, as estratégias dividem-se em Ação Pedagógica no Coletivo e Ações Pedagógicas Individuais, planejadas a partir de objetivos e procedimentos prévios que atendam às necessidades elencadas no coletivo da escola.

E, ainda, as ações junto aos estudantes que compreendem

as atividades realizadas para ampliar as suas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento integral, assim como de convivência no meio escolar e social, tendo em vista a sua formação como sujeitos autônomos, críticos e participativos. Tais atividades devem orientar-se pelas temáticas escolares, sociais e afetivas e englobam Ação Pedagógica no Coletivo e Ações Pedagógicas Individuais planejadas a partir de objetivos e procedimentos prévios, que atendam às necessidades elencadas no coletivo da escola.

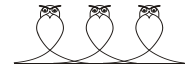
As ações junto às famílias visam contribuir no processo de integração família-escola-comunidade, por meio de ações que colaborem e/ou orientem a família no processo educativo e estabeleça compromissos compartilhados para a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante; e as ações em rede visam a integração do trabalho da Orientação Educacional ao dos outros profissionais da unidade escolar, como também a articulação de parcerias com instituições governamentais e não governamentais que favoreçam os objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico da escola, no Currículo da Educação Básica do DF, nas Diretrizes Pedagógicas e de Avaliação do DF, assim como contribuam para a Promoção, Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por fim, verifica-se a organização e avaliação do trabalho pedagógico da Orientação Educacional com o alinhamento de ações que observem os princípios da ação coletiva, integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização e convivência escolar, como perspectiva de educação integral do estudante, que ocorrer sem desconectar-se da ação educativa da escola. “Neste sentido, uma das dimensões é a avaliação institucional proposta pela SEEDF como possibilidade para a avaliação do trabalho da escola por ela mesma, tendo por pressuposto inicial a análise do Projeto Político Pedagógico.”

Merece atenção, em tempo, a necessidade de revisão textual do documento antes de sua publicação.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**



III – CONCLUSÃO - Ante o exposto e tendo em vista os elementos de instrução do processo, o parecer é por aprovar as Orientações Pedagógicas da Orientação Educacional, da rede pública de ensino do Distrito Federal.

É o parecer.

Sala “Helena Reis”, Brasília, 18 de dezembro de 2018.

**MÁRIO SÉRGIO MAFRA
Conselheiro-Relator**

Aprovado na CEB
e em Plenário
em 18/12/2018

**ÁLVARO MOREIRA DOMINGUES JÚNIOR
Vice-Presidente no exercício da Presidência
do Conselho de Educação do Distrito Federal**